



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|--|----------|-----------|
| A Auto-Organização dos Trabalhadores no Processo de Independência Argelino: a visão da Internacional Situacionista * | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Marcus Vinícius Costa da Conceição ** | Universidade Estadual do Oeste do Paraná | UNIOESTE | Mestrando |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS) | | | |
| <p>Esta comunicação tem como objetivo analisar a visão situacionista sobre o processo de autogestão na Argélia durante o período da independência e da primeira república com Ben Bella. No período final do processo de independência argelino, os trabalhadores começam a ocupar as fábricas e as fazendas que tinham sido abandonadas pelos colonizadores franceses e passaram eles mesmos a gerir a produção destes locais. No entanto, ocorre um processo de institucionalização deste processo de autogestão a partir do governo independente da Argélia. É neste contexto que os situacionistas problematizam este evento histórico e defendem que o processo de autogestão deve ser encarado com o intuito de elevar a libertação argelina para uma etapa superior, para uma luta de classes em que não basta somente alcançar a independência do colonizador externo, é preciso livrar-se da colonização imposta pelo capital e romper com as amarras do nacionalismo e do islamismo no processo de radicalização da constituição de uma sociedade baseada nos princípios da autogestão. Porém, é preciso avançar e perceber em que pontos essa análise situacionista do processo de autogestão argelino é limitada e como ocorre de maneira prática à atuação situacionista nesse processo.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS) | | | |
| Autogestão, Internacional Situacionista, Independência da Argélia | | | |
| ABSTRACT | | | |
| <p>This communication aims to analyze the situationist view on the process of self-management in Algeria during the period of independence and the first republic with Ben Bella. In the final period of the Algerian independence process, the workers began to occupy the factories and farms that had been abandoned by the French colonists and went to manage the production of these places. However, there is a process of institutionalization of this process of self-management coming from the government of independent Algeria. In this context, the Situationists problematize this historic event and stand that the process of self-management should be viewed in order to raise the Algerian liberation to a higher stage, for a class struggle where it is not enough to achieve independence from an external colonist, it is needed to get rid of colonization imposed by capital and break the bonds of nationalism and Islam in the process of radicalization of the constitution of a society based on principles of self-management. However, it is necessary to move forward and see in which points this analysis of the Situationist Algerian self-management process is limited and how it occurs as a practical way for the Situationist activity in this process.</p> | | | |
| KEYWORDS | | | |
| Worker self-management, Situationist International, Independence of Algeria | | | |

O processo de independência da Argélia foi uma das maiores questões políticas a atingir a França nas décadas de 1950 e 1960. Das grandes potências europeias a França é, sem sombra de dúvidas, a que viveu o processo mais traumático das guerras de independências das suas colônias no

* Este texto é parte integrante de uma dissertação que se encontra em fase de elaboração.

** Mestrando em História, Poder e Práticas Sociais pela UNIOESTE. Linha de Pesquisa Estado e Poder. Bolsista CAPES.

período posterior a Segunda Guerra Mundial. Tanto o processo vietnamita como o processo argelino relembrou os traumas ainda abertos nos franceses das perdas ocorridas durante a invasão na Alemanha em 1940. Apesar de o Vietnã ter tido um papel de maior destaque na mídia, até mesmo pelo fato da invasão estadunidense, a guerra de libertação argelina tem um maior impacto na sociedade francesa com o que aconteceu nos Estados Unidos. Isso ocorre principalmente pelo fato da Argélia ter sido desde o final do século XIX a principal colônia francesa, isso ocorreu tanto pelo fato de ter uma localização próxima à Europa, o que facilitou a sua colonização com a chegada de milhares de franceses e europeus que construíram ali a sua fortuna, baseado tanto na expropriação das melhores terras das mãos dos argelinos como no monopólio das relações de compra e venda dos produtos entre a colônia e a metrópole.

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma esperança de liberdade para o povo argelino, uma vez que a França ao lutar contra as pretensões imperialistas da Alemanha e pela libertação dos povos por ela dominados demonstrava que o processo de dominação colonial tinha chegado ao fim, até mesmo porque o próprio povo argelino foi compelido a participar da guerra em favor da França com a promessa de maiores liberdades e quem sabe até a sua libertação. No entanto, o que se viu após a Guerra foi uma reafirmação dos laços de dominação da França sobre a Argélia com o objetivo de não deixar a sua mina de ouro escapar. Essa posição é tão marcante que até mesmo Maurice Thorez, secretário-geral do PCF e ministro de Estado do governo provisório do pós-guerra, não defendem a independência das colônias francesas, mas sim um estatuto que desse maior autonomia, mas permanecendo o vínculo como colônia. (CLAUDÍN, 1986).

A irredutibilidade da França em conceder a independência da Argélia, ou até mesmo um estatuto de maior autonomia como uma confederação, faz com que em 1954 ocorresse a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN), com a participação de quase todos os grupos nacionalistas que lutavam pela independência, com o intuito de levar às últimas consequências a guerra pela independência do país. A FLN tem como características próprias o nacionalismo argelino que é construído em contraposição à posição dos colonizadores e que busca se consolidar como um nacionalismo de tipo socialista e islâmico, ressaltando as características dos povos originários, árabes e berberes, contra as posições de exploração resultantes dos capitalistas franceses.

A Quarta República francesa, que tem um predomínio da centro-esquerda e um caráter parlamentarista, não consegue resolver o impasse da guerra colonial que havia começado desde 1954 na Argélia. Havia a pressão por uma solução rápida por parte da elite colonial, que via o desenvolvimento do conflito afetar seus lucros e os processos de produção na colônia. Porém, os grandes afetados são os argelinos que começam a sofrer uma brutal repressão, como meio de tentar conter a escalada dos ataques da FLN, em que a tortura se torna a principal arma de ação do

exército francês, principalmente depois do deslocamento dos *paras*¹ do conflito vietnamita para o argelino. O processo que ocasionou a dissolução da Quarta República e a formação da Quinta República com a mudança do regime parlamentarista para o presidencialista e a ascensão de De Gaulle ao cargo de presidente visava a estabilização do conflito, para que ocorresse o processo de pacificação da Argélia e a manutenção dos laços coloniais. Acreditava-se nessa posição de De Gaulle pelo fato de que ele durante o processo do governo provisório manteve o status da Argélia enquanto colônia e também por ser um general do exército e este apoiar a permanência dessa condição – durante o auge da guerra colonial a França dispôs de cerca de 500.000 soldados em território argelino, segundo YAZBEK (1983) – e também pelo fato de ter tido o apoio da antiga elite colonial, o que serviria para assegurar os interesses da França na Argélia.

Mas o que se viu de De Gaulle foi uma posição extremamente contrária à defendida pela elite colonial, chegando inclusive a sofrer uma tentativa de golpe por parte de militares ligados colonialistas. Desde que assumiu o cargo de presidente ele tentou através de negociações por um fim ao conflito, primeiramente concedendo um status autônomo para a Argélia, e posteriormente realizando negociações para o fim do conflito. De Gaulle não realiza o processo que leva à independência da Argélia contra a vontade da elite colonial sem ter nenhum tipo de apoio. Entre 1961 e 1962 são realizados plebiscitos na França e na Argélia (YAZBEK, 1983) que demonstram a vontade da maioria da população dos dois países em acabar com a guerra e declarar a independência da colônia. O alto número de mortes desencadeado pelo conflito – em torno de 100 mil mortos entre os anos de 1955 e 1962, período de auge do conflito – em grande parte de argelinos, faz com que comecem mobilizações populares na própria França para por fim à guerra.

A independência da Argélia traz a paz, mas não a estabilidade para o novo governo², uma vez que começa uma disputa interna na FLN para saber quem seria o responsável por governar o país no período pós-independência. A escolha de Bem Bella – preso no início da guerra de independência e solto somente após a independência – se dá através de uma aliança feita com o Coronel Houari Boumédiène, comandante em chefe do exército de libertação nacional (braço armado da FLN).

O Exército de Libertação Nacional (ELN) ganha uma projeção enorme após a libertação, pois ele se constituiu o principal elemento de combate do FLN, como meio de ataque ao exército francês. A presença das milícias, tão comum na guerra de guerrilha prática durante o processo de independência, será reduzida após 1963, uma vez que a população será desarmada e haverá o processo de oficialização do ELN enquanto exército oficial da nova república argelina. Esse

¹ Grupamento de paraquedistas franceses que formavam a tropa de elite do exército francês.

² Na realidade a FLN já tinha constituído um governo provisório desde 1958 denominado de Governo Provisório da República Argelina (GPRA), que foi o responsável por fazer a transição entre a fase colonial e o pós-independência.

processo demonstra o peso que Boumédiène tem na política argelina, uma vez que o exército se demonstra muito mais fiel a ele que a própria instituição republicana.

Ao final da Guerra ocorre uma fuga em massa dos estrangeiros que residiam na Argélia – Yazbek (1983) fala em torno de 900 mil europeus em fuga do país, mesmo com a possibilidade de permanecerem com seus bens intocados e com a promessa de que não haveria qualquer tipo de retaliação contra eles por parte da nova República – e que, em grande medida, eram os detentores das indústrias e das principais porções de terras cultiváveis. Com esse vazio no setor produtivo do país começa a ocorrer a ocupação das fábricas e dos campos pelos seus funcionários que, mesmo sem a presença dos donos das propriedades, passam a produzir com o intuito de manterem o seu emprego e reativarem a produção. O processo de autogestão que ocorre na Argélia³ não é precedido por nenhum tipo de pensamento teórico neste país, demonstrando assim que este é mais o resultado do impulso e da necessidade da classe operária em mostrar que é possível ela mesma coordenar o processo de produção, sem a necessidade da interferência de agentes externos treinados para esta função.

Este processo de autogestão é encarado pela IS como um processo que pode elevar o processo da libertação argelina para uma etapa superior, para uma luta de classes em que não basta somente alcançar a independência do colonizador externo, mas para os situacionistas preciso se livrar da colonização imposta pelo capital e romper com as amarras do nacionalismo e do islamismo no processo de radicalização da constituição de uma sociedade baseado nos princípios da autogestão.

Desde a formação da IS, os situacionistas percebem no processo argelino uma possibilidade de radicalização da luta, sem num primeiro momento apontar ainda o processo da autogestão como uma possibilidade concreta, fazendo isto somente após 1963, mas já prevendo neste período o papel dos trabalhadores como os responsáveis pela construção da nova república que estava sendo construída.

Apesar da estreita relação entre diversos movimentos sociais e intelectuais franceses com o movimento de libertação na Argélia, a IS até 1965 não produz reflexões mais exaustiva sobre este assunto. A própria presença de argelinos no movimento é baixa, existem somente dois durante todo o período do grupo que são Mohamed Dahou (que era Internacional Letrista⁴ e com a formação da IS permanece neste movimento) e Abdelhafid Khatib – e estão muito mais ligados a aspectos do

³ Segundo dados de BOURDET & GUILLERM (1976) o processo de autogestão na Argélia atingiu cerca de 10% do parque industrial argelino e 30% na agricultura.

⁴ A Internacional Letrista foi um dos grupos a partir do qual surgiu a Internacional Situacionista. Os letristas chegam a ter uma seção argelina, porém não é focada em uma discussão da questão da libertação argelina.

primeiro período da IS, como a psicogeografia e as experiências com a cidade, do que especificamente sobre o processo que ocorre em território argelino.

Os primeiros escritos da IS que tratam da guerra colonial argelina estão inseridos, em grande parte, em artigos de outros temas (como por exemplo, o papel dos intelectuais na sociedade francesa) e se utilizam da manifestação desses para demonstrar a sua posição em relação ao papel desses intelectuais, como foi visto com Sartre e Henri Lefebvre, como os detentores da incoerência reinante na França por não enxergarem uma solução social para além da independência, e sem visão de uma saída real para o conflito, uma vez que para a IS não basta pedir uma Argélia livre, é necessário apoiar um processo revolucionário naquele país, algo que para a IS estes intelectuais falharam na sua posição.

No primeiro artigo que trata especificamente deste tema, *Une Guerre Civile en France* (Uma Guerra Civil na França) [1958], a IS demonstra a contradição que a sociedade francesa estava imersa no que dizia respeito à questão Argelina, “*La IV República fue inseparable de una guerra perpetua con las colónias. El pueblo francés quería detener la guerra; los sectores colonialistas ganarla. El Parlamento parecia incapaz de una cosa y de otra [...] (Internationale Situationniste n°1, 32)*”. Essa questão levantada pela IS é a que demonstra o papel para o qual é convocado De Gaulle, uma vez que o exército é um dos principais componentes que defendem a continuação da guerra colonial. A IS se atribui o papel, neste artigo, de desmistificar a posição de que De Gaulle seria capaz de pacificar as relações entre os países, uma vez que as suas posições estavam mais relacionados a um autoritarismo extremado de herança militar que lembrava a grande França de outrora.

A saída realizada à direita, para a IS, é a demonstração de que o conflito estava longe do fim e que sem uma mobilização de massas o fim dessa guerra ainda estaria longe. Apesar de compreender que a população deseja o fim da guerra⁵, a IS vê na falta de mobilização popular uma herança nefasta do PCF e da CGT, que ao se consolidar como uma tendência friamente parlamentarista e defensora do regime utiliza seu poder de desmobilização das massas para atingir os seus objetivos e travar o desenvolvimento da luta de classes, como uma possível radicalização nas discussões para a implementação da V República. A própria incapacidade do proletariado francês de escapar das manobras do PCF e CGT e de se reconhecer enquanto causa no movimento argelino, é vista pelos situacionistas como um dos motivos do prolongamento da guerra. A visão mais clara da IS é o processo de falta de apoio do proletariado francês ao povo argelino, não

⁵ É interessante notar que esta posição situacionista é defendida antes mesmo do plebiscito realizado pelo governo francês em 1961, que é utilizado como uma arma de De Gaulle perante aos colonialistas.

reconhecendo nos massacres realizados em Argélia, como sendo povos irmão, isso demonstrava a falta de uma posição internacionalista e revolucionário do proletariado francês.

A visão situacionista para esta afirmação é pautada na inexistência na França de uma organização revolucionária do proletariado francês, que busca reivindicações que extrapolem as demandas levados pelos sindicatos, isto é, referentes somente às jornadas de trabalho (como aumento do salário, as condições de trabalho, a jornada diária, entre outros). Essa postura do proletariado é encarada como a acomodação deste perante a sociedade espetacular e aos seus benefícios, anulando assim o desenvolvimento da sua noção de pertencimento de classe, sendo este o primeiro avanço que teria que ser alcançado para a intensificação da luta de classes.

La principal lección a extraer es que el pensamiento revolucionario ha de hacer la crítica de la vida cotidiana en la sociedad burguesa, propagar otra idea de felicidad. La izquierda y la derecha coincidían en su imagen de la pobreza, que es la privación de alimento. La izquierda y la derecha coincidían también en su imagen de la felicidad. Aquí se encuentra la raíz de la mistificación que ha deshecho el movimiento obrero de los países industrializados. (Internationale Situationniste nº 2, 45).

O que para muitos seria um papel destacado e que caberia a intelectuais e partidos realizarem, os situacionistas compreendem desde já a importância do proletariado ser o responsável pelas suas próprias decisões. Para eles tanto partidos como intelectuais que se portam e que tem rótulos de revolucionários, assumem valores burgueses como sendo naturais e enquanto permaneceram nesta postura não iriam conseguir contribuir verdadeiramente com a causa revolucionária, sendo seus atos meramente retóricas formais.

Essa posição da IS fica explícita principalmente no artigo *La minute de vérité* (O momento da verdade) [1960] em que aborda o papel do Manifesto dos 121⁶. O manifesto apesar de deixar sua posição clara em relação ao fim da guerra é composto por pessoas que não têm um programa de ação comum, mas que ao invés disso detém uma posição respeitável dentro da sociedade francesa. A IS reconhece que o peso desses intelectuais dentro da sociedade francesa é a responsável por fazer com que o Manifesto tenha um impacto significativo na França e no exterior, mesmo com a censura ao manifesto e aos seus signatários que viram seus postos dentro de instituições estatais serem fechados, fazendo assim ocorrer as principais manifestações de massas ao povo argelino ocorrerem na França, capitaneadas principalmente por estudantes, ressaltando, porém que o fim da guerra só pode ser determinado por uma ação do proletariado francês frente ao Estado.

⁶ O Manifesto dos 121 foi um manifesto lançado por intelectuais franceses ligados às revistas *Les Temps Modernes* e *Letters Nouvelles* e que pregava o direito do povo argelino a sua autodeterminação e o direito a recusa dos franceses em participar da guerra colonial. Entre os signatários do manifesto constam Jean Paul Sartre, Henri Lefebvre e Daniel Guérin.

A censura imposta ao Manifesto dos 121 é um típico exemplo do modo de ação do Estatismo Autoritário de De Gaulle como meio de controlar toda a forma de crítica ao Estado e de abafar toda posição contrária àquela declarada oficial pelo Estado. No entanto, a IS vê que uma espécie de autocensura já domina a imprensa francesa, uma vez que era possível observar que acontecimentos significativos que ocorriam no território argelino eram desprezados pela grande imprensa, o destaque dado é ao jornal *Le monde*, como forma de mascarar as ações das massas e transmitir a situação argelina como uma luta ocorrida a partir da situação institucional. Essa posição do *Le monde* demonstra o seu papel de ser o jornal da intelectualidade francesa e de se portar como sendo um jornal contestador, quando na verdade o seu real significado é o de perpetuação da política institucional francesa. Uma vez que *Le monde critica muy a menudo al poder en Francia y en cualquier otro país, pero siempre desde el punto de vista del máximo interes del poder. [...] Le monde es el periódico oficial de todos los poderes. (Internationale Situationniste nº 10, 232 – 233).*

O papel da imprensa é apontado pela IS como um catalisador de um processo de anti-informação, uma vez que o seu papel desempenhado é o de um intenso bombardeio de informações que mais servem para confundir do que formar uma consciência crítica e ainda tem uma papel ativo no sistema de disseminação da ideologia do consumo, uma vez que o papel de disseminação da cultura proposto por esses meios reforça o papel do consumo como um meio de integração. A própria IS desenvolve a sua revista, a *Internationale Situationniste*, com o intuito de ser um contraponto ao tipo tradicional dos meios de comunicação, onde o aspecto crítico não é visto como mero componente formal, mas sim como o cerne de desenvolvimento dos textos da revista para se portar como um instrumento revolucionário no embate da luta de classes e não um amortecedor como ocorreria com as revistas e as instituições políticas da esquerda tradicional (*Arguments*, PCF, CGT).

Os textos que evocam o conflito pela independência nos países coloniais ficam a cargo de Mustapha Khayati⁷ é através destes textos que a IS adota uma postura mais firme de que o processo argelino deva partir para radicalização e que os trabalhadores deixem de ser tutelados pelo Estado e assumam um processo de autogestão não somente nas fábricas e no campo, mas que expandam para a própria vida cotidiana.

O primeiro texto que reflete esta postura situacionista é *Adresse aux révolutionnaires d'Algérie et de tous pays*⁸ (Declaração aos revolucionários da Argélia e de todos os países) [1965]

⁷ Mustapha Khayati é um integrante franco-tunisiano. Permanece na IS até 1969 quando sai deste grupo para compor as fileiras da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

⁸ Este texto é distribuído primeiramente na Argélia como forma de expressar as posições situacionistas sobre o processo de radicalização que a luta deveria assumir, tomando assim uma postura revolucionária e se afastando do reformismo empreendido pelo Estado.

que é lançado no momento que a Ben Bella sofre um golpe de Estado por parte de Boumedienne, seu ex-aliado na condução ao poder. O que para alguns, como Yazbek (1983), o golpe representava a retirada do poder de um líder que começava a concentrar demasiadamente as funções do Estado nas suas mãos, acabando até mesmo com a gestão colegiada do país, para a IS ele nada mais foi do que a reafirmação do processo de burocratização que sempre ocorreu durante o processo de libertação argelina. Boumedienne realizou o golpe, não por estar pensando no bem do país, mas sim porque as suas funções dentro do governo estavam sendo postas de lado e desta forma, a perda deste poder representava um perigo para a sua afirmação enquanto estadista. Não interessa quem fosse o ditador, o processo se baseava em um governo de tipo bolchevique, o que para a IS por si só já demonstrava seu caráter contrarrevolucionário.

Para a IS o fator determinante é o fato de que Boumedienne tem o apoio do exército e da burocracia burguesa que já tinha se instalado no seio do governo argelino, na verdade esta se constitui desde antes da libertação. O exército se constituía no verdadeiro poder de fato na Argélia e Boumedienne provou isto através do golpe e da sua longa permanência no poder sem que houvesse maiores problemas⁹.

A atuação de Ben Bella ocorre por ratificar o processo de autogestão que estava ocorrendo nas fábricas e nos campos do país. A IS atribui esta decisão ao fato dele querer uma mediação entre estes trabalhadores que ocupam as fábricas e essa burocracia burguesa que estava surgindo, uma vez que o Estado ainda não detinha o controle total do país após o processo de independência. Quando este controle é conquistado, Ben Bella não é mais necessário.

Os situacionistas não tem nenhuma ilusão perante o caráter de Ben Bella. Eles não acreditam que a sua permanência no posto teria sido algo diferente do que foi a política boumediennense. Para a IS esses dois governantes são faces de uma mesma moeda, que reproduzem a lógica de um *socialismo invertido*¹⁰ em que a destruição da autogestão por parte do Estado é a premissa básica.

Os decretos de 22 de março de 1963 em que Ben Bella ratifica a autogestão dos meios de produção ociosos, nada mais são do que o início do processo de desmantelamento da própria autogestão. Isso ocorre porque os decretos abrem precedentes para uma atuação estatal dentro dos conselhos formados para a gestão dentro da fábrica, como por exemplo, decretar o diretor da empresa, e também abre a possibilidade de devolução das empresas autogeridas pelos trabalhadores

⁹ Boumedienne só deixa o governo argelino com a sua morte em dezembro de 1978.

¹⁰ A IS denomina de *socialismo invertido* o processo de “reação geral ocorrida no próprio movimento operário que a derrota da Revolução Russa legou como modelo positivo para o resto do mundo, incluindo a Argélia de Bem Bella: a contraverdade policial do poder.” (*Internationale Situationniste* n° 10, 177)

caso os donos retornassem à Argélia e solicitassem a posse¹¹. As próprias medidas subsequentes tomadas por Ben Bella demonstram a sua percepção de destruição da autogestão e de um processo de estatização da economia que será posto em prática posteriormente por Boumedienne.

[...] o poder preparava já o “saneamento” da situação econômica através do reforço do controle estatal e da formação acelerada de “quadros”. Para isso várias medidas foram tomadas: obrigar ao rápido pagamento em regime de venda a prestações, de todos os alojamentos indevidamente ocupados (mais de cem mil), recuperar o dinheiro “roubado do Estado” nas empresas autogeridas, opor-se ao desgaste do material mal conservado, regularizar todos os sequestros ilegais de bens feitos pelas massas após a saída dos franceses. (*idem*, 181).

Esta passagem demonstra claramente que Ben Bella não foi de modo algum um defensor do processo de autogestão, mas sim lutou para que os efeitos de sua extensão fossem minimizados e ficassem restritos à órbita do Estado. Por este motivo a IS não consegue admitir a postura de alguns pensadores libertários, em especial de Daniel Guérin, que coloca a postura de Ben Bella como sendo melhor que a de Boumedienne. Os situacionistas enxergam essa visão de Guérin como uma aberração por parte deste pensador libertário, por acreditar que um governo fosse capaz de conduzir um processo que colocasse a autogestão como uma política séria de Estado. Esta visão se mostra como uma grande incoerência, uma vez que um Estado ao dar a liberdade de autogestão está minando as suas bases sociais e decretando o seu próprio fim. E também como pode um Estado que se diz socialista, mas que não aceita o direito das mulheres?

O que ocorre na Argélia nada mais é do que a instalação de um processo de uma revolta de libertação nacional, em que os comandantes dos grupos de guerrilha se digladiam no final do processo para saber quem assume o poder (na Argélia este processo não ocorre, devido à unificação dos grupos na década de 1950, mas em diversos outros países africanos como na República Democrática do Congo e em Angola eclodem guerras civis que duram décadas). Para a IS não há nada menos socialista do que a instauração de um território “livre” enclausurado dentro de um mundo “aprisionado”.

Sejam quais forem as forças que neles tenham participado, e seja qual for o radicalismo das suas direções políticas, os movimentos de libertação nacional tiveram *sempre* como resultado o acesso das sociedades ex-colonizadas a *formas modernas de Estado* e a pretensões à modernidade na economia. (KHAYATI *in Internationale Situationniste* nº11, 501).

Só é possível falar em revolução e em socialismo quando estes são geridos pelos próprios trabalhadores e a seu fim não seja vislumbrado em exemplos como URSS ou China, uma vez que *“as revoluções russa e chinesa foram derrotadas por dentro. Hoje oferecem ao proletariado ocidental e aos povos do terceiro mundo um modelo falso que na verdade serve como apenas para*

¹¹ A IS demonstra que isso ocorreu em pelo menos uma empresa, a Norcolor, mas que foi o suficiente para que os trabalhadores ficassem apreensivos com a possibilidade de se estender às demais empresas.

contrabalançar o poder do capitalismo e do imperialismo burguês.” (*Internationale Situationniste* nº10, 208).

O processo de autogestão ocorre de maneira espontânea na Argélia, e a IS reconhece isso, mas admite que a partir do momento que ela existe na prática é preciso avançar com a teoria revolucionária como meio de constituir uma política de derrubada do poder. A autogestão argelina não propunha uma ruptura com o Estado instituído, muito pelo contrário, ela busca a sua formalização perante o Estado como meio de conseguir subsídios para continuar a produção e expandi-la, trazendo benefícios sociais e econômicos aos seus trabalhadores. Por este motivo os situacionistas creem que cabe aos trabalhadores a partir deste processo de luta e de tomada de consciência, com o início da autogestão da produção, desmistificar o processo de construção do “socialismo argelino” e partir para uma produção teórica revolucionária que consiga fomentar a luta de classes e instaurar um processo revolucionário.

A espantosa aceleração da desmistificação prática deve agora servir para acelerar a teoria revolucionária. A mesma sociedade de alienação, de controle totalitário (aqui predomina o sociólogo, lá a polícia), e de consumo espetacular (aqui automóveis e bugigangas, lá as palavras do líder venerado) reina por toda a parte, a despeito da diversidade dos seus disfarces ideológicos e jurídicos. A coerência desta sociedade não pode ser entendida sem uma crítica abrangente, iluminada pelo projeto inverso de uma criatividade liberada, o projeto de controle de todos sobre todos os níveis de sua própria história. (*Internationale Situationniste* nº10; 208).

Apesar de não terem ainda essa prerrogativa revolucionária, os trabalhadores veem no setor autogerido a saída para a reconstrução da Argélia, declarando após os ataques de Ben Bella e Boumedienne que a autogestão era uma questão indiscutível na sociedade argelina. Apesar destas prerrogativas Boumedienne começa um processo de estatização das empresas autogeridas, integrado-as a um complexo nacional que fica sobre o controle de um ministério específico, fazendo com que no início da década de 1970 o controle autogestionário da produção tenha sido eliminado.

O golpe de Boumedienne em Ben Bella em 9 de julho de 1965 foi visto pela IS como o período real da existência de um levante revolucionário na Argélia, uma vez que as posturas mais abertamente antidemocráticas do golpista abririam brechas na ainda nascente sociedade argelina. Este era o momento de expandir o conceito de autogestão e generalizá-lo, não aplicando somente nas indústrias, mas expandindo também para a sociedade, pois é somente desta forma que os situacionistas viam como uma possibilidade revolucionária. A generalização da autogestão tem de ser vista a partir da perspectiva de quebra dos valores burgueses da vida cotidiana, de construção de outra lógica de vida, de contestação da religião (a IS via no regime de Boumedienne uma incongruência grande o fato de proclamar um socialismo islâmico, uma vez que os situacionistas

compreende os dois sistemas como antagônicos, uma vez que o socialismo é a libertação total do homem e o islamismo o seu aprisionamento).

Ao exigirem não apenas a defesa, mas a extensão da autogestão, a dissolução de qualquer actividade especializada que não decorra da autogestão, os revolucionários argelinos podem mostrar que esta defesa não é só da responsabilidade dos trabalhadores do setor *provisoriamente autogerido*, mas sim de todos os trabalhadores, enquanto único meio de libertação definitiva. Mostram assim que lutam por uma libertação geral e não pela sua própria dominação futura como especialistas da revolução; que a vitória do “seu partido” deverá ser igualmente ser o seu fim enquanto partido. (*Internationale Situationniste* nº10, 186).

A grande contribuição da IS para se pensar a questão argelina é observar que eles buscaram enxergar para além de uma autogestão do meios de produção, procuraram teorizar em cima da experiência argelina para contribuir com uma luta de caráter mais amplo dos demais países coloniais. A certeza deles de que a sua contribuição ajudaria no desenvolvimento de uma teoria revolucionária por parte do proletariado foi o principal gancho pelo qual se pautou as discussões relativas à questão argelina.

Referências

BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro, 1976.

CLAUDÍN, Fernando. “Revolução e esferas de influência”. In: _____. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1986.

YAZBEK, Mustafa. *Argélia: a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Fontes

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “Una guerra civil em Francia”. In: *Internationale Situationniste*. Nº 1, vol. 1. *La realización del arte*. Madrid: Literatura Gris, 2001. p. 32-33.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “La caída de los intelectuales revolucionários”. In: *Internationale Situationniste*. Nº 2, vol. 1. *La realización del arte*. Madrid: Literatura Gris, 2001. p. 44-45.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “La lucha de clases en Argelia”. In: *Internationale Situationniste*. Nº 10, vol. 2. *La supresión de lá política*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 177-186.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “Llamada a los revolucionários de Argelia y de todos los países”. *In: Internationale Situationniste. N° 10, vol.2. La supresión de lá política.* Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 207-212.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “‘Le Monde’ como reflejo”. *In: Internationale Situationniste. N° 10, vol. 2. La supresión de la política.* Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 231-233.

KHAYATI. “Contribuciones para rectificar la opinión pública acerca de la revolución en los países subdesarrollados”. *In: Internationale Situationniste. N° 11, vol. 3. La práctica de la teoria.* Madrid: Literatura Gris, 2001. p. 500-502.